



## Um vírus contra os tabus

*Oswaldo Braga*

O advento da epidemia da Aids/Sida impulsionou uma série de mudanças comportamentais em todo o mundo. Algumas antigas e confortáveis posições tiveram que ser revistas, o que trouxe à tona alguns 'problemas' que foram, durante anos, desconsiderados pelos governos e pelas lideranças sociais. A virgindade, o sexo antes do casamento, a iniciação sexual dos jovens tiveram que ser revistos em todos os seus aspectos, desde seu conceito de valor, até a reavaliação dos comportamentos sob o prisma da redução de danos. Desde o movimento hippie, a "revolução sexual" dos anos 1960/70, os jovens passaram a se permitir viver a vida sexual independente de qualquer bênção religiosa ou oficialização civil. Com a Aids/Sida, surge a necessidade de se tratar dessas questões, de se conversar sobre o assunto, de se educar, e os conservadores foram obrigados a reconhecer que os jovens há muito haviam deixado de depender da bênção dos pais ou das igrejas para darem vazão ao seu amor carnal. A máscara foi arrancada. Foram obrigados a reconhecer essa realidade e abrir o diálogo à prática de sexo seguro, sob pena de verem seus filhos e filhas contaminados com o HIV.

A fidelidade conjugal foi outra posição colocada na balança e desmascarada. A contaminação de mulheres casadas, monogâmicas, tem levado os casais a reverem seus conceitos de fidelidade e considerarem a possibilidade de permanecerem juntos, apesar de eventuais 'puladas de cerca', desde que pratiquem o sexo com preservativo. No Brasil, mulheres heterossexuais representavam 44,2% da população contaminada em 1990 e em 2001 esse número já representava 80,8%. Passa a ser preferível uma conversa franca entre marido e mulher, noivos e noivas, namorados e namoradas sobre a prática de sexo seguro, ao risco de se ignorar a possibilidade de aventuras extraconjugais e de uma contaminação indesejada.

A homossexualidade, bastante conhecida da maioria das famílias, porém nunca encarada, foi outro tabu a emergir. Tratar da questão como algo real e desprovido do puritanismo e da falsa moral conservadora tornou-se imprescindível no combate à proliferação da epidemia. Era preciso fazer com que os homossexuais resgatassem sua auto-estima, tivessem garantida sua cidadania e fossem aceitos, uma vez que era necessário entender os hábitos desse grupo e a forma correta de abordá-los, independentemente quaisquer conceitos morais. A difusão do sexo seguro entre homossexuais exigia, antes de qualquer coisa, aprender um pouco sobre os hábitos e as práticas desse grupo tão obscuro.

No Brasil, o Ministério da Saúde foi o primeiro a parar de "tapar o sol com a peneira". Reconhece que seria impossível conter a propagação da epidemia da Aids/Sida se não encarasse a questão da homossexualidade e deixasse de colocar o falso moralismo acima da saúde pública. Era preciso tirar a homossexualidade da escuridão, trazê-la à luz, compreendê-la e usar esse conhecimento para a prevenção da Aids/Sida. As famílias teriam que abrir os quatinhos dos fundos, onde escondiam os seus gays das vistas da população, e avaliar o que era mais importante: o amor ao ente querido e sua sobrevivência ou o sentimento de vergonha que a sua orientação sexual causava. E a Coordenação de Aids/Sida encarou a questão, provocando arroubos escandalizados de protestos dos conservadores.

## Mídia e Homossexuais

A morte súbita da cantora Cássia Eller, em 29 de dezembro de 2001, colocou o tema da homossexualidade em destaque na imprensa desde os primeiros dias do ano seguinte. A disputa entre o pai da cantora e sua companheira Maria Eugênia pela guarda do filho de Cássia mobilizou a opinião pública, claramente favorável a que a guarda ficasse com Eugênia (como acabou acontecendo em outubro, por decisão definitiva da Justiça).

Em agosto a revista *Época* dedicou matéria de capa às lésbicas. A partir da realização do programa “Fica Comigo” (espécie de “Namoro na TV” da MTV) com uma candidata lésbica procurando sua parceira, a revista detecta o que classifica como “uma nova maneira” de ser lésbica no Brasil, traduzida na quebra de estereótipos masculinizados e em maior visibilidade.

Até mesmo a imprensa evangélica tratou do tema: a revista *Enfoque Gospel* dedicou matéria de capa ao que classificou de “o comercial que abalou a família brasileira”. Referia-se ao comercial do Ministério da Saúde em que um rapaz é procurado em casa pelo ex-namorado e obtém todo apoio da família: o pai dispensa o ex-namorado e a mãe consola o filho, dizendo que ele encontrará alguém que o mereça, alguém que use preservativo. A revista recolhe depoimentos de pastores e fiéis, em sua esmagadora maioria críticos do que consideraram uma espécie de “estímulo” ou “incentivo” à homossexualidade. Mas sinal dos tempos a revista procura manter-se neutra, equidistante, deixando claro que as opiniões são de responsabilidade dos entrevistados, não do veículo. E mesmo entre esses são raros os ataques diretos ao personagem do comercial ou à postura da família: ao

invés disso o argumento adotado é o de que seria preferível outro tipo de propaganda, valorizando, por exemplo, a castidade.

O Ministério da Justiça, por sua vez, teve outro motivo: os direitos humanos. Pressionado pelos acordos internacionais, pelas denúncias e pela necessidade de dar início à mudança da imagem do Brasil no exterior em relação ao respeito aos grupos vulneráveis, o Ministério da Justiça elege os homossexuais como um dos grupos vulneráveis aliados da plena garantia de seus direitos humanos, o que o leva a incluir ações voltadas para esse grupo, mesmo no Plano Nacional de Direitos Humanos.

Entendendo que grupos vulneráveis exigem ações de inclusão e que essas ações devem partir do poder público, o Ministério da Justiça vê a necessidade de despir-se de preconceitos e considerar o homoerotismo como uma prática sexual concreta e que a garantia da realização sexual faz parte dos direitos humanos básicos do cidadão, independente de sua orientação sexual. Os índices de violência contra os homossexuais assustam e torna-se impossível reduzi-los sem quebrar a clandestinidade do grupo. É preciso conhecer essa camada da população e aceitá-los, pois é debruçando sobre o problema, encarando-o, que poderá ser combatido.

Ao examinarmos os programas previstos pelo Governo Federal, em sua proposta de Lei Orçamentária para 2003, somente o Ministério da Saúde, pela Coordenação Nacional DST/Aids, e o Ministério da Justiça, pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos, prevêem ações voltadas para os gays.

O que se percebe é que os homossexuais permanecem

considerados somente quando se trata de uma doença que não é exclusiva do grupo ou quando se apresentam como vítimas da violência homofóbica. Onde fica a responsabilidade e a participação dos demais órgãos do governo?

O Ministério da Educação e Cultura, por exemplo, não assume seu papel na capacitação de professores sobre a homossexualidade, entendendo-a e apresentando-a como mais uma possibilidade entre todas as práticas sexuais saudáveis e lícitas. Ou seu papel de promotor de ações de combate direto aos hábitos homofóbicos no ambiente escolar, criando um ambiente de aceitação do aluno homossexual, de forma a garantir o seu aprendizado nos mesmos níveis dos demais alunos.

Outro órgão que precisa assumir os homossexuais e promover ações voltadas para esse público é a Embratur. Seu papel de fomento às atividades turísticas no Brasil deve, necessariamente, incluir o turismo GLS, segmento que tem garantido a entrada de importantes recursos turísticos em centros receptivos de todo o mundo. O Brasil é um dos mais importantes destinos do turista homossexual e esse segmento já provou ser um dos mais rentáveis, ambicionado por todo o mundo.

Está na hora de tirar a máscara e trazer os homossexuais à luz. Está na hora de o Governo Federal ampliar sua atuação, assumir seu papel e fazer com que os homossexuais sejam incluídos na nossa sociedade, em todos os níveis, desvinculados de doenças e violência.

Oswaldo Braga, pós-graduado em Marketing, presidente do Movimento Gay de Minas (MGM). Publicado na revista *Tempo e Presença* nº326, Nov/dez 2002



## ■ Lideranças religiosas do Vale do Paraíba discutem diversidade

O programa Saúde e Direitos reuniu 45 líderes de diferentes denominações religiosas em Taubaté/SP para debater sobre Diversidade Sexual incluídos temas correlatos como relações de gênero, diferença entre sexo e sexualidade, identidade sexual, orientação sexual. O debate partiu da premissa que o ser humano herda uma cultura que traz ensinamentos passados de geração em geração. Esses ensinamentos englobam: educação familiar, vivência e práticas religiosas, fé, convivência social, educação escolar. Católicos, espíritas, evangélicos, pentecostais candomblecistas e umbandistas participantes do encontro discutiram como esses ensinamentos refletem e repercutem na vida das pessoas. Para a assessora do Programa, Ester Lisboa, a temática ainda requer uma abordagem delicada: “As informações recebidas nem sempre respondem aos conflitos entre as informações e a vivência das pessoas e, por vezes, se apresentam desconectadas dos sentimentos. Mas foi um bom começo para tratarmos o assunto e partirmos para práticas mais

igualitárias e desprovidas de preconceito”.

O grupo elaborou um plano de ação a ser desenvolvido em suas comunidades de fé e propôs que o programa Saúde e Direitos realizemos um monitoramento e avaliação desses planos. O evento foi realizado no Sesi Taubaté em parceria o Programa Estadual em DST/AIDS de São Paulo, Ambulatório de infectologia de Taubaté e SOS Mulher.

## ■ Comissão organização Rede Inerela+ no Brasil

A comissão de lideranças religiosas responsável pela implantação da Rede INERELA+ no Brasil já iniciou seus trabalhos. Esta comissão tem por finalidade planejar, propor e realizar ações que possam diminuir o estigma e a discriminação que perseguem as pessoas que vivem com HIV/AIDS; reúne líderes que estiveram presentes no I encontro da Rede, realizado em dezembro de 2008.

A Rede no Brasil reúne lideranças religiosas de comunidades protestantes, católicas, evangélicas, religiões de matriz

africana e de instituições ecumênicas de várias partes do país. KOINONIA apóia essa iniciativa e vem colaborando no processo de organização dessa Rede.

A Inerela + é uma Rede Internacional de Líderes Religiosos que Vivem com ou estão Pessoalmente Afetados pelo HIV/Aids. A idéia da formação da rede começou a ser discutida publicamente no ano de 2006, a partir da expansão global da Anerela +, rede que há cinco anos reúne líderes religiosos africanos. Antes da Anerela +, poucos líderes religiosos na África assumiam abertamente a condição de portadores de HIV/Aids. Com o estabelecimento da rede africana, líderes religiosos de outros continentes se uniram a causa formando a Inerela +. O lançamento da Inerela + aconteceu oficialmente durante a 17ª Conferência, com líderes religiosos compartilhando suas experiências envolvendo religião e HIV/Aids, realizada no México em agosto.

Mais informações:  
saudedireitos@koinonia.org.br

## não perca!

### Ciclo de Debates Construindo Políticas para LGBT. De 03 a 19 de junho.

A proposta é propiciar o debate entre expoentes em diversos campos do conhecimento que são relevantes para a população LGBT, com o objetivo de apontar caminhos para o movimento social e para todos aqueles e aquelas que agem em suas vidas em prol da igualdade e da plena inclusão social.

Para a reflexão sobre o tema “As religiões na luta contra a homofobia - Perspectivas de mobilização” a Associação da Parada, promotora do Ciclo, conta com a assessoria de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço. Este debate se realizará dia 18 de maio às 19hs, na Secretaria de Justiça e defesa da Cidadania- Pátio do Colégio, 148- São Paulo.



## “Quero um serviço de saúde que não eduque para o preconceito”



Sou Alexandre Yamaçake, um educador. Meu principal foco de trabalho está em fomentar políticas públicas de prevenção para o segmento populacional composto por lésbicas, gays, travestis e transexuais. Falar sobre minha atuação me faz muito feliz, pois dividir os meus conhecimentos é muito bom!

Encaro como um grande desafio discutir com as demais instâncias o quanto essa população ainda sofre com estigmas e preconceitos. Principalmente as travestis e transexuais, pois essa visibilidade torna-se comprometida a partir do momento em que modifica seu corpo e seu estilo de vida.

A cada três dias, um homossexual é assassinado no Brasil, por motivo de ódio. De acordo com levantamento do Grupo Gay da Bahia (GGB), atualmente cerca de 20 projetos de lei com o objetivo de ampliar os direitos dos homossexuais tramitam no Congresso Nacional. Dizem respeito principalmente à criminalização da homofobia, à união civil entre pessoas do mesmo sexo e à mudança do primeiro nome para transexuais e travestis.

Viver esses passos é importante, porém não pode ser o único, principalmente para travestis e transexuais, pois suas preocupações vão além da estética e das DST. O grande desafio é a saúde integral num sistema de saúde que garanta esse atendimento.

Tenho vivenciado diferentes experiências, desde participar da I Conferência Estadual LGBT - uma experiência inenarrável -, até assistir a congressos brasileiros e internacionais. Mais recentemente tenho contribuído nas discussões sobre religião e como a diversidade sexual é tratada e refletida a partir das comunidades religiosas. Acredito que apesar dos inúmeros avanços que o movimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais tem obtido em São Paulo, temos ainda uma longa caminhada pela frente. Nos últimos anos, crescemos em números de Paradas, crescemos em visibilidade e cresceram os grupos organizados, principalmente no interior do estado. E reconhecemos o quanto a Secretaria Estadual de Saúde Programa Estadual DST /Aids investe nessa política. Mas ainda há muito a conquistar.

Quero um serviço de saúde que não eduque para o preconceito, por isso sou um educador na área de saúde.

Alexandre Yamaçake - Técnico da Gerência de Prevenção do Programa de DST/Aids do Estado de São Paulo.

Boletim produzido pelo **Programa Saúde e Direitos** de **KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço**. Esta publicação divulga informações sobre saúde reprodutiva, educação sexual e direitos para diversas comunidades, em especial comunidades religiosas. Está disponível também no site de KOINONIA - <http://www.koinonia.org.br>

**Secretário Executivo de Koinonia:** Rafael Soares de Oliveira

**Coordenadora do programa Saúde e Direitos e editora do boletim:** Ester Almeida

**Secretária:** Nadir de Sousa e Gisele Lopes

**Programação Visual:** Sônia Susini

**Redação:** Manoela Vianna

**Edição e revisão:** Helena Costa



KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço

Rua Santo Amaro, 129 - Glória

22211-230 - Rio de Janeiro - RJ

Tel (21) 2224-6713 Fax (21) 2221-3016

[www.koinonia.org.br](http://www.koinonia.org.br) / [koinonia@org.br](mailto:koinonia@org.br)

e-mail do programa: [saudedireitos@koinonia.org.br](mailto:saudedireitos@koinonia.org.br)

